

RELAÇÕES INTERNACIONAIS EUA-COLÔMBIA: O CASO DO PLAN COLOMBIA

RELACIONES INTERNACIONALES ESTADOS UNIDOS-COLOMBIA: EL CASO DEL PLAN COLOMBIA

US-COLOMBIA INTERNATIONAL RELATIONS: THE CASE OF PLAN COLOMBIA

Giovana Eloá Mantovani MULZA¹

RESUMO: Na segunda metade do século XX, o Estado colombiano preocupava-se em conter a insurgência das guerrilhas, propiciar a paz interna e reestruturar seu poder. O enfraquecimento estatal, maximizado pelo narcotráfico conduzido por grupos guerrilheiros e paramilitares, suscitou discussões acerca da instauração de um plano de segurança envolvendo os Estados Unidos e a Colômbia, intitulado como *Plan Colombia* em 1999. A política estadunidense de Bill Clinton, inserida em uma conjuntura de guerra aos ilícitos, visou interromper a institucionalização da violência no Estado colombiano, bem como conter os impactos da comercialização de drogas nos territórios adjacentes. Os investimentos majoritários foram provenientes do governo norte-americano, os quais permaneceriam maximizados em função dos episódios de 2001 – quando a “guerra ao terrorismo” converteu o plano como uma luta contra o *narcoterrorismo*. O presente artigo visa analisar o *Plan Colombia* na dinâmica das Relações Internacionais entre os EUA e a América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Relações internacionais. Plan Colombia. Estados Unidos. Narcotráfico.

RESUMEN: En la segunda mitad del siglo XX, el Estado colombiano se preocupó por contener la insurgencia guerrillera, promover la paz interna y reestructurar su poder. El debilitamiento del Estado, maximizado por el narcotráfico liderado por la guerrilla y los grupos paramilitares, provocó discusiones sobre el establecimiento de un plan de seguridad entre Estados Unidos y Colombia, denominado Plan Colombia en 1999. La política estadounidense de Bill Clinton, insertada en una coyuntura de guerra sobre actividades ilícitas, encaminadas a interrumpir la institucionalización de la violencia en el Estado colombiano, así como a contener los impactos de la venta de drogas en territorios colindantes. La mayoría de las inversiones provinieron del gobierno de Estados Unidos, que se mantendría maximizado debido a los episodios de 2001, cuando la “guerra contra el terrorismo” convirtió el plan en una lucha contra el narcoterrorismo. Este artículo tiene como objetivo analizar el Plan Colombia en la dinámica de las Relaciones Internacionales entre Estados Unidos y América Latina.

PALABRAS CLAVE: Relaciones internacionales. Plan Colombia. Estados Unidos. El tráfico de drogas.

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5911-9370>. E-mail: gio_mantovani@hotmail.com

ABSTRACT: *In the second half of the 20th century, the Colombian state was concerned with containing the guerrilla insurgency, promoting internal peace and restructuring its power. The weakening of the state, maximized by drug trafficking led by guerrilla and paramilitary groups, sparked discussions about the establishment of a security plan involving the United States and Colombia, entitled Plan Colombia in 1999. Bill Clinton's US policy, inserted in a conjuncture of war on illicit activities, aimed at interrupting the institutionalization of violence in the Colombian State, as well as containing the impacts of drug sales in adjacent territories. The majority of investments came from the US government, which would remain maximized due to the episodes of 2001 – when the “war on terrorism” converted the plan into a fight against narcoterrorism. This article aims to analyze Plan Colombia in the dynamics of International Relations between the US and Latin America.*

KEYWORDS: *International relations. Plan Colombia. United States. Drug trafficking.*

Introdução

A temática das Relações Internacionais, conforme suscita César Augusto Niño González (2016), permanece composta por um arcabouço complexo e dinâmico, sobretudo em função da multiplicidade dos atores que conformam o mundo social. A arquitetura internacional, portanto, não permanece restrita unicamente à atuação dos aparelhos estatais, mas está subordinada às influências pessoais, responsáveis por compor as organizações internacionais e as empresas multinacionais – as quais acabam por complementar o jogo das relações de poder. As Relações Internacionais correspondem a uma “[...] área tão complexa pelo simples fato de estar composta por atores que a fazem demasiado dinâmica” (NIÑO GONZÁLEZ, 2016, p. 12; tradução nossa²). Embora tenha surgido com o intuito primevo de apreender os conflitos bélicos entre os Estados, o campo acabou por compor “[...] um setor da realidade social, o das relações humanas entendidas por sua qualidade de ‘internacionais’, e ao mesmo tempo designa a consideração científica daquelas relações” (NIÑO GONZÁLEZ, 2016, p. 13; tradução nossa³). As Relações Internacionais, portanto, se referem às relações entre indivíduos e coletividades humanas que frequentemente transcendem os limites da comunidade política do Estado.

Fundamentada em movimentos brandos – intitulados como *soft power* e apreendidos por teóricos como Joseph S. Nye Jr (2010) e Francisco Guadalupe Torres Castillo (2008) – ou em ações mais contundentes – nomeadas como *hard power* pelos estudiosos Caio Barbosa Martinelli (2016) e Bruno Cardoso Reis (2011) –, as Relações Internacionais possuem como

² “[...] área tan compleja por el simple hecho de estar compuesta por actores que la hacen demasiado dinámica” (NIÑO GONZÁLEZ, 2016, p. 12)

³ “[...] un sector de la realidad social, el de las relaciones humanas entendidas por su calidad de ‘internacionales’, y al mismo tiempo designa la consideración científica de aquellas relaciones” (NIÑO GONZÁLEZ, 2016, p. 13).

arcabouço as interações dos atores individuais ou institucionais no sistema internacional, cujos interesses manifestam-se em suas relações de poder. Embora não visemos maximizar os debates acerca das políticas internacionais pautadas nos princípios do biopoder (FOUCAULT, 1999), do estado de exceção (AGAMBEN, 2008) ou da necropolítica (MBEMBE, 2018), permanece consensual que as Relações Internacionais adquiriram múltiplas características no decorrer das últimas centúrias, amiúde protagonizadas por embaixadores ou por organismos de mediação. A própria trajetória do mundo ocidental a partir do século XIX suscita a pluralidade dos interesses e dos princípios ideológicos que guiaram as políticas externas dos Estados modernos – aquando de certos Estados tentarem impor seus interesses acima dos demais de acordo com a conjuntura internacional.

No que tange às relações interestaduais no continente americano, a ingerência implícita ou explícita do governo estadunidense na América Latina permaneceu maximizada a partir do novecentos, inaugurada pelo conflito hispano-americano de 1898 e pelo bloqueio internacional nos portos venezuelanos (STUART, 2011). Os interesses norte-americanos mediarão o contato do “irmão do norte” com as demais localidades do continente, fosse em prol de ideais mercantis ou princípios ideológicos. De fato, “A primeira nação surgida nos moldes da democracia liberal no continente Americano, também é aquela que mais fortemente impõe sua presença na América Latina ainda hoje” (VILLAÇA, 2011, p. 65). A bibliografia dedicada à temática das Relações Internacionais dos Estados Unidos para com os países da América Latina dedica-se majoritariamente ao século XX, especialmente no que se refere à mediação estadunidense nos golpes militares latino-americanos inseridos no anticomunismo da Guerra Fria (DREIFUSS, 1981).

Os mitos políticos constituintes da política expansionista norte-americana permanecem inúmeros para legitimar as intervenções brandas e contundentes do país nos governos latino-americanos, especialmente no que tange à providência divina do *Destino Manifesto* dedicada à missão de civilizar. Conquanto propiciador da ordem ou do policiamento ocidental, a influência dos Estados Unidos na América Latina permaneceu caracterizada por notórios contrastes – em detrimento da “imagem de *uma* política internacional norte-americana coerente e homogênea” (VILLAÇA, 2011, p. 67). A complexidade das relações interestatais subjugadas pelos interesses norte-americanos nem sempre se manifestou em campanhas bélicas – tal como o desembarque das tropas estadunidenses no território cubano na conjuntura revolucionária –, mas se expressou também em barganhas e negociações, moldadas por estratégias constituídas por discursos e elaborações simbólicas – tal como suscitara Daniella Maria Barandier Toscano (2017) acerca de uma cooperação educacional

entre o governo estadunidense e o Brasil no intento de moldar o capital simbólico brasileiro em relação ao “irmão do norte”.

Evidentemente, as políticas de estabilização econômica – tal como o controle financeiro da inflação – e de estabilização política – especialmente no que tange ao apoio às democracias representativas – comporam as Relações Internacionais norte-americanas em torno da América Latina a partir do decênio de 1990. A aparente “calmaria” instaurada com o término do conflito capitalismo-socialismo permaneceria rompida com o *Plan Colombia*, firmado em 1999 entre o então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton e o presidente colombiano Andrés Pastrana Arango em prol da finalização do narcotráfico e sob a égide da segurança continental. O plano predisps o envolvimento de países adjacentes – tal como o Brasil e o Peru – na neutralização das guerrilhas e do narcotráfico colombiano (VILLAÇA, 2011). A imprescindibilidade em se promover a pacificação da Colômbia e se conter a insurgência das guerrilhas e dos paramilitares constituiu na principal justificativa para a construção do acordo estadunidense-colombiano.

A despeito das modificações na ingerência externa norte-americana mediante os fatos de 2001 e a invasão bélica no Iraque em 2003, o *Plan Colombia* convergiu as características da política internacional dos Estados Unidos para com a América Latina no contexto do alvorecer do século XXI: um poder que comunga simultaneamente do caráter de *soft* e de *hard*, pautado na elevada aplicação financeira em prol da derrota de um inimigo terrorista e que conta amiúde com militares terceirizados. Tal arcabouço legitimaria a áurea antiterrorista que auferiu o plano, conduzido pelo combate ao “narcoterrorismo” da região – cujas implicâncias transcendiam a América Latina e reverberavam na economia e na criminalidade da “civilização” setentrional e europeia. A contundência das tropas estadunidenses somou-se aos incentivos econômicos em prol da sociedade colombiana prejudicada pela violência do tráfico de ilícitos, unindo o *hard* e o *soft power* a fim de propiciar a paz interna e combater a comercialização das drogas locais para os consumidores estadunidenses e europeus.

No decorrer desse trabalho, discorreremos acerca do *Plan Colombia* açambarcados nos conceitos das *Relações Internacionais* – sobretudo no que tange às terminologias *soft power* e *hard power*. Abordaremos o *Plan Colombia* enquanto uma manifestação das Relações Internacionais norte-americanas para com a América Latina no contexto do alvorecer do Terceiro Milênio, imbuída por uma conjuntura de guerra ao terrorismo e de combate às violações dos direitos humanos.

Plan Colombia nas relações internacionais EUA-Colômbia

A instabilidade política consiste em uma característica determinante da Colômbia desde o século XIX. Os antagonismos entre conservadores e liberais marcaram a política da centúria, sendo maximizados no transcurso do novecentos mediante a ascensão da Guerra dos Mil Dias (1899-1902). As disputas internas estender-se-iam no âmbito internacional com a emancipação panamenha mediada pela intervenção estadunidense de Theodore Roosevelt – interessado no controle de um canal interoceânico de cunho estratégico. De fato, “A separação dos territórios em questão foi fruto de uma política expansionista estadunidense, e não de um acordo entre as partes envolvidas ou resultado de qualquer manifestação da população” (CAIXETA, MENDONÇA, 2018, p. 03-04).

Embora a emancipação panamenha tenha se realizado somente no ano de 1903, o Estado colombiano reconheceria o Panamá apenas em 1921, mediante o pagamento de 25 milhões de dólares pelo governo norte-americano a fim de reparar os prejuízos ocasionados pela divisão. A transação ratificaria o alinhamento incondicional entre os EUA e a Colômbia encaminhada ainda em 1918 nos termos da *Doutrina Respice Polum*, determinante nas relações bilaterais de ambos os países no transcurso de grande parte do século XX (CAIXETA; MENDONÇA, 2018). A intervenção estadunidense também se manifestaria no assassinato do líder de esquerda Jorge Gaitán em consonância com o comando do Partido Conservador colombiano no ano de 1948, a qual culminou na emergência de amplos movimentos sociais denominados de *Bogotazo*. De fato, no dia 9 de abril de 1948, a população colombiana foi às ruas a fim de destruir construções e solicitar a derrubada do governo associado ao “imperialismo ianque”. A oposição social fora fortemente reprimida na Colômbia a partir desses episódios, manifesta por agressões, mortes, torturas e saques. Tal íterim da história colombiana permaneceria intitulado de *La Violencia*, um período de guerra civil fundamentado na Doutrina de Segurança Nacional estadunidense – “na qual os EUA incentivavam, por meio de apoio financeiro, logístico e técnico aos militares colombianos, a luta contra movimentos de esquerda e grupos sociais” (CAIXETA; MENDONÇA, 2018, p. 05).

Um preeminente alvo militar consistia nos grupos guerrilheiros surgidos em decorrência do término da Segunda Guerra Mundial, guiados pelos ideais do Partido Comunista que havia estimulado a defesa do campesinato colombiano – muito prejudicado pelo expansionismo dos latifundiários norte-americanos. Os grupos guerrilheiros articulavam propostas adjacentes ao Estado colombiano e contribuía para maximizar a histórica

instabilidade política. A criação da Frente Nacional em 1958 – um sistema governamental fundamentado no bipartidarismo, no qual haveria uma alternância de poder entre liberais e conservadores por dezesseis anos – não eliminou os conflitos interpartidários e a violência institucionalizada, contribuindo para que se fortalecessem os movimentos guerrilheiros, que reagiam em discordância ao Estado mediante sequestros e tinham no narcotráfico sua fonte de investimentos. Credo que a Frente Nacional seria somente um acordo elitista para conter a democracia, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1964) e o Exército de Libertação Nacional (1965) ganharam cada vez mais força e se organizaram de forma independente das autoridades governamentais. O narcotráfico era o principal financiador dos movimentos guerrilheiros.

À medida que as guerrilhas se potencializavam, o Estado colombiano publicou em 1968 o Decreto 3398 e a Lei 48, permitindo à população criar organizações e exércitos de autodefesa. De fato, “Como consequência, na década de 1970, foram formados grupos armados, em sua maioria de ideais conservadores, tradicionais e anticomunistas, que deram origem às associações paramilitares, apoiadas pelas Forças Armadas e pela elite econômica colombiana” (CAIXETA; MENDONÇA, 2018, p. 07). Os grupos paramilitares também usufruíam do tráfico de drogas enquanto mecanismo de poder e de autofinanciamento, manifestando a terceirização da segurança pelo governo colombiano. A corrupção e a violência possuem como pano de fundo a economia das drogas, que conduzia a política e a economia da Colômbia já há trinta anos, impondo seus efeitos corrosivos para uma sociedade cuja violência era institucionalizada. De fato, o narcotráfico alimentava os protagonistas do conflito armado que ameaçava transcender as fronteiras legais do país, prejudicando a influência norte-americana na política e na economia colombiana – o que justifica a posterior tentativa dos EUA em eliminar a produção e o comércio de drogas através do *Plan Colombia*.

Mediante a ascensão de Ronald Reagan à presidência norte-americana, o narcotráfico tornar-se-ia objeto primevo de preocupação internacional, intensificando-se a guerra às drogas. A diretiva *Narcotics and National Security* identificou o tráfico de drogas enquanto uma nova ameaça regional e militarizou o combate ao narcotráfico, associando as guerrilhas de esquerda ao comércio de cocaína em 1986. No governo de Bill Clinton (1993-2001), a guerra às drogas permaneceria legitimada com o mecanismo de *Certificação*, segundo o qual os países latino-americanos vinculados aos EUA possuíam responsabilidade militar na erradicação da produção e do tráfico de produtos ilícitos que prosperavam em seus respectivos domínios. As nações que descumprissem a determinação sofreriam sanções do governo estadunidense e das instituições econômicas internacionais. O intento permanecia visível:

conter a proliferação do narcotráfico na América Latina e circunscrevê-lo à Colômbia, tornando-o um caso local de resolução mais simples. Assim, “países como Peru e Bolívia, que possuíam altos índices de cultivo de coca, intensificaram seus esforços militares na eliminação dos plantios, causando o ‘efeito balão’ na região andina, que culminou na transferência do narcotráfico para o território colombiano” (CAIXETA; MENDONÇA, 2018, p. 08). Sob tal conjuntura, os EUA e a Colômbia iniciaram a articulação, em 1999, de um plano de contenção ao narcotráfico fundamentado no exponencial financiamento e no aparato militar, a fim de conter sua expansão em ambos os países. De fato, pacificar a Colômbia mostrava-se fundamental para restituir a intervenção norte-americana na América Latina, ameaçada por um novo *inimigo interno*: o terrorismo. Os presidentes Andrés Pastrana e Bill Clinton foram protagonistas na criação do *Plan Colombia*.

Conforme suscita Nerissa Krebs Farret (2014), a *Escola de Copenhague* propiciou um novo paradigma nas Relações Internacionais mediante a *Teoria da Securitização*, segundo a qual uma temática internacional que ameaçasse a segurança e a existência dos Estados e que possuísse um cunho emergencial requereria medidas externas e intervenções interestatais a fim de resolver uma problemática que determinado país não fora apto em solucionar. O narcotráfico intensificado no decênio de 1950 seria considerado um crime organizado transnacional passível de securitização, sendo protagonista na manutenção da indústria de drogas – a segunda maior do mundo, sobreposta somente pela armamentista (FARRET, 2014). A *Teoria da Securitização* fundamentaria a firmação do plano bilateral em 1999 na medida em que tomava o tráfico de entorpecentes como uma problemática internacional que demandava da intervenção econômica e militar externa. O protagonismo norte-americano no *Plan Colombia* se circunscreve em uma histórica rede de influências entre o “irmão do norte” e os países latino-americanos a partir do alvorecer do século XX e que tomou distintos formatos no transcurso da centúria. O comércio dos narcóticos iria substituir o marxismo nas preocupações norte-americanas quanto à América Latina, sobretudo por financiar grupos político-militares que não aderiam aos seus interesses na localidade.

A conjuntura política e socioeconômica da Colômbia no decênio de 1990 correspondia a de um Estado debilitado e impossibilitado de conter o narcotráfico no país. A maximização substancial do cultivo de coca tornaria inevitável a internacionalização da problemática do tráfico de drogas colombiano. No que tange ao *Plan Colombia*, Noam Chomsky (2000) corrobora que no transcurso de 1999, a Colômbia converter-se-ia no principal país receptor da assistência militar e policial norte-americana, sobrepondo-se à Turquia e aos demais países da América Latina – alcançando a recepção de 300 milhões de dólares do “irmão do norte”.

Muitas das justificativas repousam em uma violência estrutural inerente à sociedade colombiana, classificada com o pior índice de violação dos direitos humanos naquela conjuntura (CHOMSKY, 2000). Em teoria, tal plano consistia em um programa do governo colombiano com uma durabilidade cronologicamente estipulada de seis anos, mediante o qual 7.500 milhões de dólares seriam injetados pelos EUA no aparato militar do Estado da Colômbia e 6 milhões de dólares seriam fornecidos pelo FMI, pela Europa e pelo Banco Mundial a fim de financiar programas sociais e econômicos naquele país. Os interesses repousavam, notoriamente, na contenção do comércio e consumo das drogas colombianas pelo mundo – fato que justifica a redação inicial do plano na língua inglesa, de mais fácil acesso pelos governantes do ocidente.

[...] cinco principais fatores abriram espaço sobre a discussão e a necessidade da implantação do Plano Colômbia, sendo eles: a dificuldade do Estado colombiano de conter cartéis como o de Medellín e o de Cali e, posteriormente, os micro cartéis dispersos em regiões distintas do país; o ciclo de ampliação dos recursos econômicos provocados pela disseminação e pela intensificação do tráfico de drogas, que aumentava a violência, estendia a corrupção e, por conseguinte, engrandecia o poder dos paramilitares e das guerrilhas na Colômbia; a retirada do mecanismo de “Certificação”, sob o qual os Estados Unidos aplicavam sanções e pressões aos países latino-americanos ao mesmo tempo em que monitoravam seus estímulos no combate ao narcotráfico, caracterizando o território como uma “narcodemocracia”, depreciando a imagem da Colômbia frente ao exterior; os interesses de grupos econômicos, políticos e sociais na política de internacionalização da doutrina de aniquilação do tráfico de estupefacientes, beneficiando seus propósitos; e a necessidade de auxílio estrangeiro para encarar os confrontos nacionais (CAIXETA; MENDONÇA, 2018, p. 11-12).

A visão colombiana acerca do plano auferia visava negociar com os grupos insurgentes, conter o narcotráfico e, principalmente, tratar as raízes dos problemas nacionais, reformando e reestruturando suas instituições. Para a Colômbia, o fortalecimento econômico, a maximização da democracia, a existência de um adequado sistema de saúde e o acesso universal à educação consistiram nos instrumentos fundamentais para a redução da violência e para a retomada do estado de direito – projetos que contariam com o financiamento internacional. Para Andrés Pastrana, portanto, o *Plan Colombia* propiciaria a pacificação, a prosperidade e o fortalecimento do Estado colombiano. Os investimentos externos seriam divididos em uma tríade de objetivos: a contenção do narcotráfico – representando cerca de 50% das arrecadações –, o crescimento socioeconômico e o fortalecimento das instituições estatais. Tais esforços, traçados por Andrés Pastrana na firmação no plano, seriam efetivamente praticados no governo de Álvaro Uribe, que buscava nas Forças Armadas da

Colômbia uma forma de solucionar a problemática do narcotráfico. Segundo as estimativas iniciais, seis anos seriam necessários para a reestruturação da paz e da prosperidade no país.

Muitos investimentos foram direcionados aos programas sociais, tal como o intitulado *Famílias en Acción* – implementado pela *Rede de Apoio Social* (RAS) com o fim de propiciar qualidade de vida à população. Assim, “A RAS também foi responsável por outros programas que concederam subsídios a mais de 500.000 famílias colombianas a fim de incentivar uma melhora na alimentação e educação das comunidades” (CAIXETA; MENDONÇA, 2018, p. 14). Contudo, o grande foco do *Plan Colombia* consistia na eliminação das plantações de coca. A região colombiana de Putumayo correspondia ao principal território responsável pelo cultivo na planta do país, estimulando a fumigação das áreas de plantio e, concomitantemente, a busca pela substituição da coca por outras culturas. Diversos projetos socioeconômicos direcionados a indígenas e camponeses foram criados com tal intuito.

O redirecionamento do plano se daria em função das mudanças no cenário internacional ocasionadas pelos ataques terroristas aos EUA em 2001 – os quais marcaram transformações na política de segurança norte-americana, responsável por identificar no terrorismo a principal ameaça à estabilidade política do continente. Os mecanismos estratégicos adotados passaram a focar o combate militar ao narcotráfico, secundarizando as anteriores políticas socioeconômicas de erradicação dos problemas estruturais (GODOY, 2003). Internamente, Alvaro Uribe adotou uma estratégia de governo intitulada “segurança democrática”, atuando mediante a tentativa de desmobilizar os paramilitares através de negociações e visando eliminar as guerrilhas através da força militar, sobretudo nas regiões meridionais da Colômbia – sempre amparado econômica e militarmente pelo governo estadunidense. Pode-se observar que os EUA empregaram uma política externa mais incisiva na conjuntura pós-2001 de combate ao narcotráfico colombiano, dada sua associação com o terrorismo e sua transformação em inimigo interno da América. O *hard power* manifestava-se sobretudo no envio de tropas norte-americanas e no treinamento de militares locais, intervindo na política colombiana de forma legítima aos olhares internacionais.

Ainda em artigo imediato à implementação do *Plan Colombia*, Chomsky (2000) suscita as atrocidades inerentes à atuação dos militares estadunidenses, culminando na expulsão anual de 300 mil refugiados e no massacre de 3 mil vidas. A violência permaneceu majoritariamente atribuída às forças paramilitares colombianas, tal como àquelas subordinadas ao poderio de Carlos Castaño – dedicadas ao combate das guerrilhas marxistas, conforme indicou em uma entrevista ao jornalista Jeremy McDermott em 2002. Fato é que informes publicados pela ONU ainda em 2000 evidenciam que os militares norte-americanos

participaram dos massacres de forma direta ou indiretamente mediante sua omissão, permitindo as atrocidades paramilitares (CHOMSKY, 2000). O patrocínio norte-americano à violência era identificado ainda no ano seguinte à criação do plano, permitindo-nos compreender o porquê da maximização de 20% do índice de homicídios ainda em 1999.

O *Plan Colombia* consistiu em uma preeminente manifestação da política estadunidense de guerra às drogas, associando a Colômbia como a principal responsável pelo crescimento do consumo de ilícitos no território norte-americano. A estratégia, contudo, culminou no aumento da mortalidade local e não priorizou mudanças estruturais na sociedade colombiana, implicando na prorrogação das problemáticas do narcotráfico latino-americano. De fato, a guerra às drogas constituiu em uma manobra para a ingerência estadunidense na América Latina a fim de manter sua hegemonia no continente americano. As plantações de coca se maximizaram no decorrer da implantação do plano – especialmente a partir de 2007 –, representando um retrocesso nas políticas de contenção então adotadas. Assim, “[...] a estratégia não foi capaz de solucionar a questão estrutural da cultura de drogas ilícitas, baseada no conflito histórico colombiano, na desigualdade, na falta de oportunidades e pobreza no país” (CAIXETA; MENDONÇA, 2018, p. 16). O intento de erradicar os protagonistas do narcotráfico e a consequente militarização do conflito implicaram no crescimento da indústria bélica, viabilizando o “mercado da violência” que acabou contribuindo para o alongamento do tráfico de entorpecentes na Colômbia.

As políticas antidrogas na América Latina transformar-se-iam novamente em função de mudanças no cenário político norte-americano em 2007 – devido a vitória dos democratas para o Congresso dos Estados Unidos. A ideologia política estadunidense – fundamentada agora em ideais protecionistas – mudaria as relações para com os países latino-americanos, acarretando na redução dos investimentos no *Plan Colombia* e propiciando o rejuvenescer do narcotráfico no país. Segundo Marcelo Santos (2010), a nova perspectiva dos EUA em relação à Colômbia permanecia justificada pela baixa dedicação do governo colombiano no combate às violações dos Direitos Humanos em seu domínio, assim como seu reduzido interesse na contenção dos grupos paramilitares e guerrilheiros. Nota-se que a aplicação do plano se modificou conforme a conjuntura política interna dos EUA, ora financiando o desenvolvimento socioeconômico e militar da Colômbia, ora reduzindo seus investimentos no país.

A tendência, portanto, consistiu na retomada da produção e do comércio das drogas na Colômbia a partir de 2007, bem como sua expansão nos territórios boliviano e peruano que até então haviam erradicado o cultivo das plantas entorpecentes. O crescimento do

narcotráfico, de certa forma, visava atender a ampla procura por drogas entre americanos e europeus – principais consumidores das drogas latino-americanas e que viam a lucratividade de sua comercialização no “mundo civilizado”. Os cartéis seriam deslocados para as localidades menos povoadas da Colômbia, integrando cada vez mais o cotidiano dos camponeses e maximizando a violência e a mortalidade no país. Por conseguinte, “Com o Plano Colômbia, a consequência seria a mesma, apenas a transição do problema do tráfico de entorpecentes para áreas diferentes e mais suscetíveis ao seu desenvolvimento” (CAIXETA; MENDONÇA, 2018, p. 19).

Nota-se que a tentativa de solucionar o narcotráfico como uma questão isolada da história política colombiana não foi uma escolha bem-sucedida, dada a ineficiência de se desconsiderar as características peculiares de uma sociedade singular. O *Plan Colombia* acabou postergando as consequências do narcotráfico e escondeu seus impactos na sociedade local. O conflito colombiano ainda não foi solucionado e as disputas internas prosseguiram mesmo após a dissolução do principal grupo guerrilheiro da Colômbia em 2016 – as FARC. O plano acabou construindo uma visão negativa do país no cenário internacional, associado ao tráfico de drogas e à violência excessiva. De fato, o *Plan Colombia* foi somente mais um dos episódios da política internacional dos EUA na América Latina que ainda não foi finalizado. Somente o futuro nos permitirá avaliar as efetivas implicações do plano na Colômbia e no mundo ocidental.

Considerações finais

Os interesses políticos e econômicos convergiram para legitimar a intervenção militar do “irmão do norte” no território colombiano. Apesar dos focos dos investimentos terem se modificado no decorrer da implantação do plano, o interesse do governo estadunidense sempre se justapôs aos do Estado colombiano – especialmente no que se refere ao intuito de melhorar a qualidade de vida da população. No entanto, em virtude da marginalização das problemáticas estruturais, o *Plan Colombia* acabaria somente postergando os problemas do país e acentuando a mortalidade e a violência. De fato, o combate ao narcotráfico visava unicamente restabelecer a influência norte-americana prejudicada pelas guerrilhas e pelos paramilitares colombianos. Na atualidade, os cartéis permanecem disseminados pela Colômbia e pelos países adjacentes, financiando organismos político-militares avessos às determinações do Estado colombiano e às influências do governo norte-americano.

A preeminência da temática torna-se visível. A contemporaneidade, conforme suscita Andreza da Silva Galdioli (2008), permanece marcada pela penetração da cultura ocidental e do conceito de Estado-Nação nas mais diversas regiões do mundo, fomentando amplos debates acerca da universalização da cultura ocidental. O contexto, de fato, implica em uma necessária abordagem de temáticas como imperialismo, hegemonia e poder, especialmente no que se refere à política externa norte-americana – definida ora sob o *soft power* ou *hard power*. A própria diplomacia cultural do governo norte-americano constituiu uma ferramenta preeminente nas relações internacionais entre EUA e a América Latina, unindo-se à intervenção militar em dadas ocasiões – tal como visualizado no caso colombiano no século XXI. Muito mais que esgotar o tema, o presente trabalho somente será concluído com o desenvolvimento das consequências do *Plan Colombia*.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CAIXETA, T. C.; MENDONÇA, F. A. P. **O narcotráfico na Colômbia e a implementação do Plano Colômbia no início dos anos 2000**. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- CHOMSKY, N. Plan Colombia. **INNOVAR, Revista de ciencias administrativas y sociales**, n. 16, p. 09-26, jul./dez. 2000.
- FARRET, N. K. A Securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 03, n. 04, p. 226-232, 2014.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- GODOY, H. Plan Colombia's Strategic Weaknesses. Latin American Studies Association, 2003.
- MARTINELLI, C. B. O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, p. 65-80, jan./abr. 2016.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MCDERMOTT, J. Entrevista: Carlos Castaño, líder das AUC. **BBC Brasil**, 22 jan. 2002. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020122_colombia.shtml. Acesso em: 20 ago. 2020.
- NEY JR, J. S. Prefacio y Capítulo 5 “El poder blando y la política exterior americana”. **Relaciones Internacionales**, n. 14, jun. 2010.

NIÑO GONZÁLEZ, C. A. **Breviario de teorías básicas de las Relaciones Internacionales: una aproximación para estudiantes de la disciplina.** Bogotá: Universidad Santo Tomás, 2016.

REIS, B. C. O Poder e as Relações Internacionais: Entrevista com Joseph Nye. **Relações Internacionais**, n. 31, p. 181-190, 2011.

RELATÓRIO. **El poder del poder suave: ¿cómo fortalecer las relaciones internacionales a través de la diplomacia cultural?** Colômbia: Universidad de los Andes, 2010.

SANTOS, M. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 67-88, jun. 2010.

STUART, A. M. **O Bloqueio da Venezuela em 1902.** Suas implicações nas relações internacionais da época. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

TORRES CASTILLO, F. G. **El poder blando como herramienta generadora de influencia en un mundo globalizado.** 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais) – El Colegio de San Luis, 2008.

Como referenciar este artigo

MULZA, G. E. M. Relações internacionais EUA-Colômbia: o caso do Plan Colombia. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, n. 00, e021016, jan./dez. 2021. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15757>

Submetido em: 12/09/2021

Revisões requeridas: 16/10/2021

Aprovado em: 11/11/2021

Publicado em: 29/12/2021